

Sarney quer sustentação e não um novo "milagre"

JOCIMAR NASTARI

O governo precisa criar, rapidamente, condições que garantam o crescimento da economia a longo prazo, não permitindo que o atual ciclo de desenvolvimento transforme-se, apenas, num novo "milagre econômico". Esta foi a principal ordem que o presidente José Sarney deu aos ministros da área econômica e à equipe que elaborou o plano de estabilização durante a reunião de Carajás, no último final de semana. A revelação é de um dos participantes do encontro.

O temor de um novo "milagre" foi o principal motivo que levou Sarney a convocar a reunião de Carajás, acrescenta o participante. Com base em análises elaboradas pela equipe que montou o Plano Cruzado, o presidente concluiu que era hora de se traçar com mais clareza os objetivos econômicos de seu governo. As análises colocaram à frente de Sarney a perspectiva de o atual surto de crescimento desaguar, dentro de cinco anos no máximo, numa nova era de estagnação econômica, caso o governo não garanta condições de investimentos de longo prazo.

Os estudos apontaram para o presidente que o crescimento de agora perderá o fôlego dentro daquele prazo se os setores estatal e privado da economia não iniciarem, em breve, maciços investimentos na ampliação da infra-estrutura e da capacidade produtiva do parque industrial. O setor privado, segundo as análises, precisa de capital de longo prazo, mas necessita, principalmente, ter certeza de que o setor estatal aumentará a oferta de energia, aço e matérias-primas básicas nos próximos anos.

As análises que preocuparam Sarney também observaram que o novo "milagre" econômico seria mais curto que o último vivido pelo país, na década passada. Agora, advertem os estudos, o Brasil não tem mais a possibilidade de captar grandes volumes de empréstimos externos, nem viver um novo **boom** imobiliário como o dos anos 70, onde uma grande poupança interna foi formada através das cadernetas de poupança.

PLANEJAR O FUTURO

O presidente Sarney deixou claro em Carajás, segundo o participante, que as cabeças que elaboraram o Plano Cruzado precisam, agora, criar o plano econômico do governo na era "pós-cruzado". Sarney e a sua equipe econômica convenceram-se, no entanto, de que os esforços deverão ser concentrados no planejamento do futuro, já que as próximas etapas do plano de estabilização poderão ser administradas sem maiores problemas pela máquina do governo.

A determinação do presidente começou a ser seguida à risca ao longo da semana que passou no Ministério da Fazenda, pelo menos, o ministro Dilson Funaro reservou quase todas as manhãs para longas reuniões com alguns dos integrantes do alto **staff** responsável pela formulação da política econômica do País. Nos gabinetes mais importantes do ministério, o ritmo de trabalho também aumentou.

E a partir deste trabalho ampliado, algumas idéias já estão sendo aprofundadas e outras surgindo. A criação de uma **holding** financeira estatal — proposta levantada antes do início do atual governo pela Co-

pag (Comissão para Elaboração do Plano de Governo) — obteve durante a semana muito espaço em toda a imprensa. De sua "quase aprovação", já na reunião de Carajás, chegou-se à posição oficial de que os estudos estavam apenas se iniciando.

O ministro Funaro e João Sayad, do Planejamento, além do próprio Palácio do Planalto, apressaram-se a desmentir que a **holding** seria criada em breve. Mas dentro do Ministério da Fazenda a esperança é de que a empresa seja criada ainda no segundo semestre deste ano.

A reforma bancária, segundo o participante da reunião de Carajás, já começou e será concretizada "sem que ninguém perceba". As bases para o mercado interbancário estão lançadas, com a divulgação diária da taxa de juros interbancária (chamada de **libor** brasileira). Virão, ainda, a criação de um fundo de liquidez para os bancos e um seguro para os investidores de longo prazo.

O maior controle das contas do governo viria com a própria **holding** e com uma reformulação orçamentária do governo federal. O atual orçamento unificado seria desdobrado em dois: uma para os investimentos da área social e o outro para o custeio da administração direta. As estatais continuariam com seu orçamento específico. Uma série de outras operações, que integravam o antigo orçamento monetário, seriam colocadas na posição "extra-orçamento". Estas alterações permitiriam uma melhor administração das contas públicas.

(Brasília/Agência Estado)